

Legislativo Federal

Abertura do Ano Legislativo



Costa, Alcolumbre e Motta, durante cerimônia de abertura do ano legislativo

SUMÁRIO

Abertura do Ano Legislativo - p. 1

Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional 2026 - p. 2

Imposto sobre Grandes Fortunas: líder do PT apresenta projeto na Câmara - p. 3

Redução da jornada de trabalho ganha prioridade no Congresso - p. 3

Câmara define presidências de Comissões Permanentes estratégicas - p. 4

Na segunda-feira, 2/2, ocorreu a sessão solene de **abertura dos trabalhos legislativos do Congresso Nacional**, conduzida pelo presidente do Congresso, senador **Davi Alcolumbre (União/AP)**. Na ocasião, foi recebida a mensagem do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, encaminhada pelo ministro-chefe da Casa Civil, **Rui Costa**. Também participaram da Mesa os presidentes da Câmara dos Deputados, **Hugo Motta (Republicanos/PB)**, e do Supremo Tribunal Federal, ministro **Edson Fachin**.

Mensagem do Poder Executivo

Na mensagem ao Congresso, o presidente Lula apresentou as prioridades do governo para 2026, com destaque para o fim da escala 6x1 sem redução salarial, a regulação do trabalho por aplicativos e a segurança pública. O texto citou a PEC da Segurança Pública, o Projeto Antifacção e indicadores econômicos e sociais, como crescimento do PIB, queda do desemprego, aumento dos investimentos estrangeiros e a isenção do Imposto de Renda para rendimentos de até R\$ 5 mil.



Rui Costa, CC

Mensagem do presidente do STF

O ministro Edson Fachin defendeu o respeito ao papel do Parlamento e a harmonia entre os Poderes. Apontou como prioridades do Judiciário a redução do volume de ações, a automação da execução fiscal e o fortalecimento da segurança jurídica por meio de precedentes.



Edson Fachin, STF

Mensagem do presidente da Câmara

Hugo Motta destacou o compromisso institucional da Câmara em 2026 e o bicentenário da Casa. Anunciou como prioridades a MP Gás do Povo, a PEC da Segurança Pública e debates sobre o fim da escala 6x1, além de temas como datacenters, inteligência artificial, acordo União Europeia–Mercosul e trabalho em plataformas digitais.



Hugo Motta, CD

Mensagem do presidente do Congresso

Davi Alcolumbre ressaltou o papel do Congresso na mediação de conflitos e na defesa do diálogo em ano eleitoral. Destacou a justiça tributária, a regulamentação da reforma tributária, a isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil e a autonomia do Legislativo.



Davi Alcolumbre, SF

Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional 2026

A mensagem presidencial foi lida em Plenário pelo deputado **Carlos Veras (PT/PE)** e apresentou dados econômicos e sociais, além das principais agendas e prioridades do Poder Executivo para o último ano da atual Legislatura. ([Confira aqui a íntegra do documento](#)).

Programa Minha Casa, Minha Vida

Entre as políticas públicas destacadas, a mensagem ressaltou o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) como o principal programa habitacional do país e sua relevância para a construção civil. Segundo o texto, o programa ultrapassou a marca de dois milhões de moradias contratadas, antecipando em um ano a meta inicialmente prevista para dezembro de 2026.



Veras, durante a sessão solene do Congresso Nacional

A mensagem presidencial citou dados do **Secovi-SP** ao informar que, na cidade de São Paulo, o MCMV respondeu por 62% dos lançamentos e 63% das vendas de imóveis em 2025. Também foram destacados o uso de recursos do Fundo Social nas contratações, a ampliação das operações e a criação da modalidade Minha Casa, Minha Vida – Classe Média, voltada a famílias com renda mensal de até R\$ 12 mil.

Para 2026, está prevista a contratação de aproximadamente 200 mil unidades habitacionais com recursos orçamentários, além da continuidade do financiamento via FGTS, com o objetivo de assegurar o cumprimento integral da meta estabelecida no início da atual gestão.

Novo modelo de financiamento habitacional

A mensagem também destacou o novo modelo de financiamento habitacional, desenvolvido com participação ativa do Secovi-SP em articulação com o Ministério da Fazenda, Banco Central, Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal. O modelo reformula a lógica de direcionamento dos recursos da poupança, estabelecendo que todo o saldo passe a estar sujeito ao direcionamento para o crédito imobiliário, sendo 80% obrigatoriamente aplicados no Sistema Financeiro da Habitação (SFH) a partir de 2027.

Nesse novo arranjo, os financiamentos deixam de ter a poupança como fonte primária e passam a ser originados majoritariamente por instrumentos de mercado, como Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e Letras Imobiliárias Garantidas (LIGs). A poupança passa a atuar como mecanismo de equalização das taxas de juros, utilizando rendimentos de aplicações mais rentáveis para compensar o maior custo de captação via mercado. A mensagem também registrou a elevação do teto do valor dos imóveis financiáveis no SFH, de R\$ 1,5 milhão para R\$ 2,25 milhões, mantendo-se a taxa máxima de juros em 12% ao ano.

Destaques sobre FGTS e fundos sociais

O texto presidencial ressaltou o papel dos fundos sociais, especialmente o FGTS e o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), no financiamento de políticas públicas e no apoio ao crescimento econômico. Entre 2023 e 2025, FGTS e FAT injetaram mais de R\$ 600 bilhões na economia. No mesmo período, o FGTS disponibilizou R\$ 353 bilhões para seu orçamento de aplicação, sendo R\$ 152,3 bilhões apenas em 2025.

Esses recursos foram direcionados principalmente para habitação, infraestrutura urbana e saneamento básico, além de ações emergenciais em regiões afetadas por eventos climáticos extremos, como os registrados no Rio Grande do Sul em 2024.

Pontos de atenção

Entre as agendas mencionadas pelo Poder Executivo, consta a intenção de avançar no debate sobre o fim da escala de trabalho 6x1 sem redução salarial. Trata-se de tema com impactos relevantes sobre as empresas, o mercado de trabalho e a economia nacional, e que tem sido objeto de posicionamento contrário por parte do **Secovi-SP**.

Imposto sobre Grandes Fortunas: líder do PT apresenta projeto na Câmara



Uczai, autor do PLP

Na segunda-feira, 2/2, o deputado **Pedro Uczai (PT/SC)**, líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, protocolou o [PLP 5/2026](#), que propõe a regulamentação do **Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF)**, previsto no artigo 153, inciso VII, da Constituição Federal.

A propositura estabelece a incidência do imposto sobre o patrimônio de pessoas físicas domiciliadas no Brasil, residentes no exterior e espólios, desde que o valor total dos bens e direitos ultrapasse R\$ 10 milhões. A proposta adota alíquotas progressivas, variando de 1% a 3%, conforme as seguintes faixas patrimoniais:

- 1% para patrimônios entre R\$ 10 milhões e R\$ 99,99 milhões;
- 2% para patrimônios entre R\$ 100 milhões e R\$ 199,99 milhões;
- 3% para patrimônios superiores a R\$ 200 milhões.

A apuração do imposto será anual, tendo como fato gerador a situação patrimonial existente em 1º de janeiro de cada exercício. O texto prevê a possibilidade de dedução de valores pagos a título de IPTU, IPVA e ITR, desde que vinculados aos bens considerados na base de cálculo do IGF.

A matéria encontra-se em fase inicial de tramitação no Congresso Nacional e dependerá de análise e deliberação pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, além de eventual sanção presidencial.

O **Secovi-SP** acompanhará a tramitação da matéria, uma vez que mais um aumento da carga tributária representa fuga de capital, desincentivo ao investimento e impacto negativo na economia em geral.

Redução da jornada de trabalho ganha prioridade no Congresso

A redução da jornada de trabalho deve integrar a agenda prioritária do Congresso Nacional em 2026, segundo parlamentares da base governista e a Presidência da República. A proposta prevê o aumento do descanso semanal mínimo de um para dois dias — preferencialmente aos sábados e domingos — e a redução da jornada máxima semanal de 44 para 36 horas, sem redução salarial proporcional. Atualmente, a legislação estabelece 44 horas semanais como limite máximo de jornada.

Na mensagem enviada ao Congresso Nacional na última segunda-feira (2), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva incluiu o tema entre as prioridades do governo para o semestre. No mesmo dia, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos/PB), afirmou que o debate deverá avançar na Casa. Ao todo, tramitam no Congresso sete proposições sobre o tema, sendo quatro na Câmara dos Deputados e três no Senado Federal, de autoria de parlamentares de diferentes espectros políticos.

Além das propostas em tramitação, o governo federal deve encaminhar ao Congresso, logo após o carnaval, um projeto de lei com urgência constitucional para extinguir a escala de seis dias de trabalho por um de descanso (6x1). A informação foi confirmada nesta terça-feira, 3/2, pelo líder Câmara dos Deputados, o deputado Lindbergh Farias (PT/RJ).

O Secovi-SP acompanha com atenção as propostas em tramitação que tratam da redução da jornada semanal de trabalho de 44 para 36 horas. Nesta semana, no início dos trabalhos legislativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a entidade encaminhou manifestação aos parlamentares externando o posicionamento contrário do setor imobiliário à adoção da escala 4x3, sem redução salarial proporcional.

No documento, o **Secovi-SP** destacou o momento considerado inoportuno para o debate diante do atual contexto econômico, o potencial desestímulo a investimentos e os impactos sobre condomínios e obras, com efeitos relevantes para a construção civil, além de alertar para os reflexos da medida sobre os custos e a organização das atividades do setor. A entidade defende que o debate seja conduzido com base em estudos técnicos consistentes e diálogo amplo entre os setores envolvidos. ([Confira a íntegra da manifestação no link](#))

Câmara define presidências de Comissões Permanentes estratégicas

Com a retomada das atividades legislativas nesta semana, a Câmara dos Deputados definiu a Presidência de parte das Comissões Permanentes.

Destacamos os parlamentares eleitos para as Comissões com maior pertinência temática para o setor imobiliário — Defesa do Consumidor (CDC), Desenvolvimento Urbano (CDU), Desenvolvimento Econômico (CDE) e Trabalho (CTRAB) —, além da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), com breve síntese dos perfis e dos principais pontos dos discursos de posse.

Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

Presidente eleito: Deputado Clodoaldo Magalhães (PV/PE)

Perfil: Médico e deputado federal desde 2023, com trajetória prévia de quatro mandatos como deputado estadual em Pernambuco. É líder do PV na Câmara e vice-líder da Federação Brasil da Esperança.

Discurso de posse: Defendeu a proteção do consumidor como parte da defesa de grupos vulneráveis nas relações de consumo. Indicou atenção a temas como endividamento excessivo, crédito abusivo e impactos da inteligência artificial nas relações de consumo.



Magalhães, CDC

Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)

Presidente eleito: Deputado Keniston Braga (MDB/PA)

Perfil: Deputado federal desde 2023, com longa atuação na administração municipal de Parauapebas (PA), voltada a infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Discurso de posse: Destacou o Programa Minha Casa, Minha Vida e o saneamento básico como prioridades da comissão. Defendeu uma atuação alinhada ao Ministério das Cidades e o fortalecimento do papel dos municípios no desenvolvimento nacional.



Braga, CDU

Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE)

Presidente eleito: Deputado Jadyel Alencar (Republicanos/PI)

Perfil: Deputado federal em primeiro mandato, com atuação voltada a temas econômicos, tecnológicos e de inovação. Migrou do PV para o Republicanos em 2024.

Discurso de posse: Apontou a economia digital como eixo central do desenvolvimento econômico. Defendeu a atração de investimentos, a política nacional de data centers, a proteção de dados, a regulação da inteligência artificial, a neointustrialização e a economia verde.



Alencar, CDE

Comissão de Trabalho (CTRAB)

Presidente eleito: Deputado Max Lemos (PDT/RJ)

Perfil: Advogado, ex-prefeito de Queimados (RJ) e ex-deputado estadual. Atua em temas relacionados a desenvolvimento local, regularização fundiária e relações de trabalho.

Discurso de posse: Defendeu a busca por equilíbrio entre a proteção aos trabalhadores e a relevância do setor produtivo, evitando a adoção de medidas que favoreçam apenas um dos lados das relações de trabalho.



Lemos, CTRAB

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD)

Presidente eleito: Deputado Rodrigo Rollemberg (PSB/DF)

Perfil: Servidor público de carreira e ex-governador do Distrito Federal, com extensa trajetória no Legislativo e no Executivo.

Discurso de posse: Indicou atuação baseada no diálogo com entidades da sociedade civil, comunidade acadêmica e Governo Federal. Destacou a continuidade dos trabalhos da comissão e a atualização de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência. Convocou reunião deliberativa para terça-feira (10), às 15h.



Rollemberg, CPD

Por fim, ainda não foram definidos os presidentes da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS), que dependem de articulação política junto ao presidente da Câmara dos Deputados, deputado Hugo Motta (Republicanos/PB).